

Relator propõe cortar gasto com carro oficial

BRASÍLIA — Os deputados e senadores poderão ser obrigados a pagar do próprio bolso a manutenção dos carros oficiais que utilizam, se for aprovado o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentado ontem pelo seu autor, Deputado José Serra (PSDB-SP), aos membros da Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com a nova lei, não poderá constar do orçamento verba para aquisição ou manutenção de veículos de representação, com exceção daqueles destinados ao Presidente da República, Presidentes dos órgãos do Poder Legislativo e dos Tribunais Superiores, do Supremo Tribunal Federal e dos Ministros. Fica proibida também a destinação de recursos para a aquisição, construção ou ampliação de imóveis para a administração pública, a não ser quando destinados a programas prioritários previstos no orçamento. Os órgãos públicos terão que cortar 50% dos gastos feitos em 1988 com publicidade e contratação de consultorias.

Na área de pessoal, o relatório segue a sugestão do projeto original enviado pelo Governo, proibindo o aumento real da folha de pagamento, e amplia a restrição, obrigando a extinção de 80% das vagas que estiverem abertas até janeiro. O aperto persistirá ao longo de 1989, quando somente 50% das vagas abertas no período poderão ser preenchidas. Os servidores civis e militares poderão ter que gastar mais para manter clubes e entidades recreativas, assim como programas de previdência privada. Pelo atual projeto, o Tesouro não mais poderá destinar recursos da União para esses fins.